

DISCURSO DE POSSE DE EMMANUEL TEÓFILO FURTADO NO CARGO  
DE DESEMBARGADOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª  
REGIÃO, 11/06/2014

Antes de mais nada agradeço as bondosas palavras de Sua Excelência, o Vice Presidente deste Tribunal, Desembargador Francisco Tarcisio Guedes Limaverde Jr , na saudação que acaba de fazer a minha pessoa. Muito me cativou haver aceito tal encargo com toda a gama de providências que tem a tomar a 2 dias de assumir a presidência desta Corte. Daí serem erros escusáveis os exageros elogiosos que cometeu ao se referir a este novel magistrado de 2ª. Instância.

O escritor americano Harold Kushner, com formação na Universidade de Columbia e detentor de 6 títulos de doutor honoris causa nos relata a trajetória da obra literária mais festejada da língua alemã, Fausto, de Goethe. "O poeta alemão Goethe passou toda a vida escrevendo sua obra-prima. Queria que ela fosse sua principal declaração sobre o significado da vida, a obra literária que explicasse o sentido de sua própria vida. Começou a escrevê-la aos 20 anos, abandonando-a para se dedicar a outros projetos e voltou a ela aos 40 (em vista de sua reação pela chegada da meia-idade, pode-se adivinhar). Quando a completou estava já próximo à morte, aos 83 anos. Embora não possamos ter certeza da idade de Goethe ao escrever cada linha, é fascinante acompanhar a maneira pela qual as ideias do herói sobre o que fazer de sua vida evoluem do começo ao fim da história.

No início do drama, Fausto, na meia-idade, descrito pelo jovem Goethe, quer experimentar tudo, viver sem limites. Quer ler todos os

livros, falar todas as línguas, provar todos os prazeres. Quer ser como Deus, ultrapassando as limitações humanas. E o demônio tudo lhe dá – riquezas, poder político, capacidade de viajar para todos os lugares e ser amado por qualquer mulher que deseje. Fausto tudo faz e ainda assim não é feliz. Por mais riquezas que acumule, por mais mulheres que seduza, há dentro dele uma permanente insatisfação.

Quando chegamos ao final da obra, Goethe já tem mais de 80 anos e seu herói envelheceu com ele. Em lugar de vencer lutas e conquistar jovens mulheres, Fausto passa a se dedicar a construir diques, tomando a terra do mar para que nela as pessoas possam viver e trabalhar. Em vez de tentar ser um Deus poderoso e sem limites, tudo vendo e controlando, ele se torna parecido com Deus, um Deus de criação, separando a água da terra, e plantando jardins para que as pessoas possam trabalhar neles. E pela 1ª vez Fausto pode dizer: "deixe que este momento se prolongue, ele é tão bom!"

O que inculco de referido texto, na idade da maturidade com que chego a esta casa é que no final de tudo e sempre o que importa, não são as riquezas, o poder, a fama, os prazeres mais diversos, mas sim fazer o bem e fazer bem feito tudo o que se faz, nunca se olvidando, obviamente, da limitação humana, posto que, como lembra Nietzsche, somos humanos, demasiadamente humanos, passíveis, pois, de falhas.

E a forma de fazer o bem que a profissão que escolhi me propicia é a de distribuir a Justiça, ou ao menos uma justiça.

Destarte, a razão de galgar o cargo de desembargador é para desempenhar tal mister da maneira mais perfeita possível, antes de mais nada tentando ser fiel à própria origem da expressão, que implica na catalização da entrega da prestação jurisdicional.

Com efeito, se formos nos abeberar da História do Brasil, veremos de onde veio a expressão desembargador.

Assim é que, no Brasil colônia, os recursos podiam ser encaminhados ao governador das capitanias, ou ao governador geral do Brasil em Salvador e podiam chegar até a Corte, em Lisboa, para apreciação pelo Rei. Como, em regra, tais requerimentos ficavam retidos em gavetas, o Rei contava com os desembargadores do Paço, que auxiliavam na apreciação de tais petições ou súplicas. O título foi conferido por D. João II e constou da Lei de 27 de julho de 1582. Eram os desembargadores, portanto, os juízes que removiam os embargos que impediam as petições de chegarem ao Rei.

Dessa arte, nada obstante as mudanças históricas do Brasil colônia, até a presente quadra que vivemos, a exemplo do magistrado de 1ª instância, o desembargador há de entregar de forma expedita sua prestação jurisdicional, sempre imprimindo celeridade em seus atos, buscando cumprir o comando constitucional da razoável duração do processo.

Vivemos sob a égide da constituição democrática de 1988, que vem de completar 25 anos, a qual fez opção pelo estado republicano, o respeito à dignidade humana e à cidadania.

A *Res publica*, ou a coisa do povo, deve dar a noção ao gestor público, ao detentor de poder outorgado pelo povo e pelo estado, em qualquer das 3 esferas e em qualquer dos 3 poderes, executivo legislativo e judiciário, bem como ao próprio cidadão, enquanto destinatário dos bens e serviços públicos, de que o patrimônio público, os bens de uso comum do povo e o serviço público não de ser efetiva e verdadeiramente usados e voltados para o interesse coletivo, causando verdadeira revolta na população, hoje

inegavelmente mais esclarecida e informada, a notícia de desvios da coisa pública , principalmente quando alguém se vale do cargo público que ocupa, ou seja, cargo para o povo, a fim de se locupletar do que pertence à coletividade, ou prestar de forma sofrível o serviço público que é de seu dever.

Ademais, os princípios da administração pública da publicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência são os nortes dos que detém poder no estado republicano. Lanço destaque para a moralidade administrativa, mas lembro que o princípio da publicidade é hodiernamente por demais benfazejo à sociedade e bastante cobrado do Judiciário e da magistratura como um todo. A propósito, quando da Revolução francesa, já vaticinava Mirabeau a respeito: "Donne-moi le juge que vous voulez:, partial, corrupt, mon ennemi, n'importe pas s'il y a la publicité." Ou seja, dá-me o juiz que quiseres, parcial, corrupto, meu inimigo, não importa se existe a publicidade dos atos judicantes.

Inicio minha oração com tais palavras para lembrar que, a exemplo dos bens públicos, que por estarmos numa república públicos o são, os serviços públicos destinados à população hão de ser criteriosamente realizados para que de fato se propicie o respeito à dignidade da pessoa humana e se concretize a plena cidadania pela chamada Constituição cidadã.

Dentre os direitos e garantias fundamentais, no que nos toca mais de perto, eleva-se o amplo acesso que há de ser garantido ao cidadão ao Poder Judiciário.

Dessa forma, quão mais simplificado, célere e eficiente vier a ser o Poder Judiciário mais e mais se estará dando cumprimento ao comando constitucional do amplo acesso à Justiça, como encravado

na Carta Magna enquanto direito fundamental, portanto de tão importante, detentor do status de cláusula pétrea, vale dizer, intangível, não podendo ser retirada da Constituição nem mesmo por emenda constitucional.

E como se fomenta esse amplo acesso à Justiça? Com o aprimoramento dos recursos humanos, tecnológicos e materiais, bem assim indo a Justiça onde o povo está, vale dizer, espalhando-se por este país continental, quer instalando-se fisicamente em rincões mais longínquos, quer através da chamada Justiça itinerante.

A preocupação com o amplo acesso tangencial, inclusive, não só o acesso físico à Justiça, mas, entendem os doutos, acesso até às estruturas e dinâmicas do Poder Judiciário, tanto que, diferentemente do passado recente, o próprio texto sentencial ou tribunalício há de ser confeccionado com redação escorreita, mas com o emprego de linguagem simples e compreensível ao homem mediano, expressão tão utilizada pelo Direito Civil, não mais existindo espaço para textos prolixos, recheados de construções complexas e de erudição muitas vezes caudalosa, modorrenta e esnobe, mas que nada comunica ao grande destinatário de toda a máquina judiciária, o jurisdicionado, o cidadão.

Acrescente-se que tudo há de ser implementado com ampla observância da ética. Como nos lembra o professor-doutor da USP e desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Jose Renato Nalini: "Ao aceno do constituinte, que acreditou no Judiciário como o instrumento por excelência da resolução dos conflitos e enfatizou o princípio da moralidade, todo juiz sensível sentiu-se chamado a protagonizar novos tempos. O convite continua a atrair os interessados em contribuir para dinamizar a Justiça e para tornar a

carreira de juiz um campo imenso para oferecer a prestação jurisdicional de novas e pioneiras formas.

Aperfeiçoar o Judiciário não é missão exclusiva dos tribunais. Todos os juízes são convocados a fazê-lo e a contribuir com sua experiência e boa vontade. Ética não é o discurso moralizante que se restringe a questões sexuais ou de conduta na vida privada, mas é a tomada de atitude consciente e responsável para tornar a justiça efetiva, eficaz e eficiente”

Este é o maior legado que a magistratura brasileira pode deixar às próximas gerações. Neste diapasão já o dissera Shakespeare: “No legacy is so rich as honesty” Nenhum legado é tão rico quanto a honestidade.

Modernamente, não é mais admissível que o Judiciário seja apenas “la bouche de la loi” (a boca da lei), como definiu Montesquieu no seu Espírito das Leis. O juiz moderno não pode ser um mero espectador ou um “mero convidado de pedra” no processo, mas deve adotar uma postura proativa buscando a concretização dos direitos e garantias fundamentais. Afinal, o processo é, sobretudo, um meio ético e justo de solução das lides e aplicação do direito objetivo.

Após a humanidade ter presenciado o genocídio sofrido pelos judeus, tendo como autores militares nazistas alemães, os quais, quando do julgamento de Nuremberg, defenderam-se com base na escola positivista de Hans Kelsen, sustentando terem matado segundo os ditames da lei alemã, os ordenamentos jurídicos do mundo, especialmente o ocidental, passaram a perceber que a norma não poderia ser interpretada sem qualquer valoração. Observou-se ser necessário que toda lei se pautasse na dignidade da pessoa humana, bem como em outros princípios constitucionais, a fim de concretizar

sua validade. A partir disso, surgiu a concepção contemporânea dos direitos humanos, caracterizada por sua universalidade, bem como pela preocupação com a valoração da norma positivada.

Esse novo viés é conhecido também como Neoprocessualismo ou Neoconstitucionalismo, caracterizando o novo panorama jurídico descrito com o final da Segunda Guerra Mundial. Desta forma, supera-se o positivismo puro de Kelsen. Direito não é só norma, mas fato e valor, conforme bem pondera o professor Miguel Reale, em sua teoria tridimensional, devendo, portanto, o magistrado não apenas aplicar friamente a lei, subsumindo os fatos à norma, mas valorar o fato, ou melhor, integrar normativamente fatos e valores.

Diante dessa nova concepção, é importante que as decisões judiciais levem em consideração outros conceitos como o da lógica do razoável (Recaséns Siches), método que defende que a aplicação das normas jurídicas deve ser pautada por critérios estimativos, consoante princípios de razoabilidade, ou seja, elegendo a solução mais razoável para o problema jurídico concreto. A Lógica do Razoável tem como característica não se apoiar no silogismo, tampouco na subsunção formal das decisões judiciais. Fundamenta-se na prudência, na equidade e no sentimento do justo.

Assim, a aplicação do Direito há de ser feita a partir dos princípios constitucionais e da Constituição, aos quais se curvam as demais normas, sendo relevantíssimos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

No dizer de Paulo Bonavides, antes os códigos, hoje a Constituição.

Nessa mesma esteira seguem, com as respectivas peculiaridades, os pensamentos de Jonh Rawls, Ronald Dworkin e Robert Alexy, aqui no Brasil referendados por Ingo Wolfgang Sarlet.

Na dicção do fundador da Academia brasileira de

Letras, o insuperável Machado de Assis, “Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva” Assim, a edição que hoje se tem da boa interpretação e aplicação do direito é a que se funda nos princípios constitucionais e na mais importante Lei do País, a Constituição Federal, de onde se irradiam as luzes para a escorreita e atualizada realização da Justiça.

Falo, doravante a meus pares, se assim já me permitem que me dirija a Vossas Excelências, Srs. Desembagadores, asseverando que adentro esta casa com o espírito absolutamente desarmado, sem fissuras, arestas ou qualquer outro sentimento negativo com quem quer que seja. Muito ao reverso, aquilato perfeitamente o sentimento de corpo que deve existir num Colegiado. Não significa que minha liberdade e independência de magistrado hão de estar comprometidas. Jamais, pena de eu largar a toga. Mas significa que daqui para frente é o Tribunal, quer a nível plenário, quer turmário que toma a decisão da qual eu participo como votante, soçobrando a decisão isolada do juiz Emmanuel.

Quero aqui atuar com o mesmo entusiasmo de minha magistratura de 1ª. instância. Aliás, a palavra entusiasmo significa estar cheio de Deus. Edward Butler, inventor britânico que fez o 1º motor movido a petróleo testemunha: “One man has enthusiasm for 30 minutes, another has it for 30 days, but is the man who has it fo 30 years who makes a success of his life. Em tradução livre: Um homem tem entusiasmo por 30 minutos, um outro por 30 dias, mas é o homem que o tem por 30 anos que faz sucesso na vida.

Tenho plena convicção que a convivência com Vossas Excelências será a mais cordial e harmônica possível, com respeito recíproco das



opiniões e convicções e no que depender de mim convivência a ser fulcrada numa das mais preciosas dádivas, a paz.

Dirijo-me aos colegas magistrados de 1ª instância.

Havendo ingressado na magistratura em 1993, trago comigo em torno de 20 anos de exercício na 1ª instância. Em tal período, se por um lado experimentei, por força de minha pena, a agradável e edificante sensação de , *moto próprio* , estar realizando e fazendo valer a Justiça, por outro vivenciei a desgastante situação do cargo de juiz substituto, num dia atuando em determinada Vara e no outro sendo designado para Vara distante do interior do estado, num difícil planejamento da vida pessoal e familiar, isso quando não ocorria de estar respondendo por duas varas, ante a sempre existente carência de magistrados do trabalho no estado do Ceará, que ainda detém a relação mais acanhada do Brasil entre juiz e quantidade de jurisdicionados a serem atendidos.

Como titular de Vara enfrentei por 8 anos as viagens às Varas do interior do estado, cuja marca maior estava no banzo que sentia quando nos domingos à noite, ao saber estar se aproximando a hora de passar a semana distante dos meus, enfrentando estradas que deixavam a desejar e hospedagens adversas, partia de casa a fim de cumprir minha atividade judicante. Na capital, quer como titular da 11ª, 10ª. e 13ª. Varas do trabalho, se já não mais existiam as viagens às quais acima fiz menção, a gama de trabalho fora sempre imensa, pela já mencionada desproporção, mormente na capital, entre juiz e jurisdicionado, gerando uma carga de trabalho, quer de audiências, quer de decisões, muitas vezes desumana e adoecedora, física e emocionalmente, mesmo para o mais sereno e impassível magistrado que pudesse existir. A não se cuidar de tal situação avassaladora de brutal carga de trabalho, que hoje existe de forma

mais expressiva, cada um dos juízes poderá vir a estampar em sua identidade funcional, ao invés da própria foto, a pintura do norueguês Edvard Munch, no quadro O Grito.

Não sem razão os órgãos de cúpula do Judiciário, não só o Trabalhista, tem demonstrado sua preocupação com a 1ª instância, onde o direito pulula e muitas vezes onde mais se realiza a Justiça.

A palavra solidariedade denota a ideia de sentir com o outro, vale dizer, só pode ser pleno e verdadeiramente solidário aquele que está sentindo ou já sentiu o que o outro sente. Daí, meus sempre colegas de 1ª. Instância, saibam que por um milímetro sequer o fato de eu estar mudando de endereço da sala de audiência para a sala da turma ou do Pleno me fará deixar de enxergar, pensar, me solidarizar e em tudo querer corroborar para uma melhor condição de trabalho do magistrado da 1ª. Instância, aproveitando o momento para declarar , de forma sincera, que meu gabinete estará sempre de portas abertas para todos os colegas que compõe a heroica estrutura de 1º grau deste 7º Regional.

Falo ao MPT

É imensa a contribuição que um ministério público atuante pode dar à implementação de um verdadeiro estado democrático. Seja através da ação civil pública, seja por intermédio dos Termos de ajuste de conduta, tem o parquet em suas mãos o poder de ser um pacificador da sociedade, bem assim um constante fiscal da observância plena da Constituição e das leis do país. A PRT da 7ª. Região tem desenvolvido relevante papel nesse sentido, com programas de combate ao trabalho escravo e infantil, dentre tantas outras importantes atuações, que merecem os encômios dos que juntos

buscamos a implementação do Direito do Trabalho no Estado do Ceará.

Dirijo-me aos senhores advogados. É da criatividade e do poder de argumentação que nascem as mais brilhantes teses jurídicas, oriundas do raciocínio das mentes mais efervescentes daqueles que, na corretíssima dicção da Constituição Federal, são essenciais à realização da Justiça, a saber, a operante classe de advogados.

E o advogado trabalhista, em especial, é o advogado da labuta incessante, das audiências múltiplas, uma seguida da outra, muitas vezes até no mesmo horário, quando não, a um só tempo, na capital e na Região metropolitana, ou interior do Estado afora, ou mesmo em outros estados da federação, o que acaba por torná-lo um maratonista do direito. A tais profissionais minhas sinceras homenagens e a grande satisfação de, embora tendo assento no outro lado da mesa, nunca ao longo dos mencionados mais de 20 anos de magistratura ter passado por uma rusga sequer, um destempero, um exaltar de ânimos, muito menos qualquer tipo de representação de lá para cá. Muito ao reverso, meu relacionamento com a nobre classe de advogados tem sido, para minha satisfação, o mais cordato e lhano possível e não por outra razão, o que me leva a dispensá-los polido tratamento, qual seja o grande respeito que nutro por todos e cada um que trilha a profissão do paradigma Sobral Pinto.

No exercício da minha desembargadoria, a exemplo do que tem ocorrido na 1ª instância, advogado não precisará marcar hora para adentrar em meu gabinete, cujas portas estarão sempre abertas para ouvi-los da mesma forma que me empenho em fazê-lo, quer quando das audiências, quer nas sustentações orais.

Falo agora para à representação de classe a que pertenço , a Amatra 7, Associação dos Magistrados do Trabalho da 7ª. Região. A liberdade sindical e associativa teve grande marco na Constituição Federal de 1988. Antes sob o braço forte do estado, o sindicalismo se limitava a atividades recreativas e quando muito a receosos ensaios reivindicatórios. Sob o pálio da Constituição Cidadã o sindicalismo ganhou novo impulso. Rendo, pois, minhas homenagens aos colegas que se prontificam a abraçar a atividade associativa, reconhecendo o esforço e empenho que dispensam diuturnamente às causas da categoria da magistratura, muitas vezes sofrendo incompreensões das mais diversas plagas, mas nem por isso desistindo de desfraldar a bandeira da luta pelo respeito e observância às garantias constitucionais, cujo escopo maior foi o de oferecer ao jurisdicionado magistrados independentes e arroçados, que por não serem podados e acossados podem prestar da maneira mais livre e corajosa a nobilíssima missão, na dicção do Ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, nobilíssima e difícil missão, dizia, de julgar seu semelhante.

A nossa Amatra as minhas homenagens e também a verdadeira menção de que, aqui no 2º grau estou à disposição dessa destemida agremiação.

Através do Sindisétima, sindicato dos servidores da 7ª. Região, rendo minhas sinceras e efusivas homenagens a todos os servidores que compõem este 7º Regional, quer os de cargo efetivo, quer os de comissão, como assim o permite nossa Lex Legum. Que seria de nós magistrados sem o auxílio diário e contínuo dos servidores lotados nas mais diversas áreas, diretorias, divisões, setores e localidades que compõem o TRT7 ? Quão expressivo é o número de servidores altamente qualificados, mas antes de tudo comprometidos com o

serviço público, que em nosso caso é o de distribuir Justiça!!! Saúdo o servidor do mais alto escalão do organograma desta Justiça ao que desempenha a mais singela ocupação, mas o faz com espírito público, com hombridade, sem interesses escusos e distanciado de uma das mais lamentáveis tibiezas, a bajulação, que como bem delineou o gênio da dramaturgia francesa, Molière, em seu personagem Tartufo, depauperava a condição humana.

Legítima é pois a luta do sindicato para alcançar conquistas a bem da categoria, ao qual me dirijo para dizer de minha abertura para o contínuo diálogo, ao tempo em que reconheço a pesada carga de trabalho da grande maioria dos servidores, razão pela qual são dignos de reconhecimento e de elevada admiração.

Lembro-me daqueles, ditos pelo jurista Jorge Luís Souto Maior, professor da USP e juiz do trabalho em Campinas considerados , lamentavelmente, pessoas sem rosto, que passam pelos corredores da instituição e muitas vezes não se acham dignos de dar ou receber um bom dia, os terceirizados. Já obtemperava a clássica juslaboralista italiana, Luisa Riva Sanseverino: "Più il lavoro se spiritualiza, più la subordinazione se rarefa", em tradução livre, quão mais intelectualizado é o trabalho mais se rarefa a subordinação do empregado em relação ao empregador, sendo também verdadeiro o contrário, vale dizer, quando manual o trabalho, mais tangível se torna o poder de comando patronal, que é o que ocorre com os terceirizados, cujo destino ora se encontra nas mãos do Supremo Tribunal Federal. A eles também minha calorosa saudação fraterna.

Dirijo-me, por fim, ao jurisdicionado, àquele em razão de quem existe toda esta estrutura que é a Justiça do Trabalho. Que nós que fazemos tal justiça em tudo concorramos para que nenhum desses

cidadãos que por ela esperam possa ter o olhar desalentado do personagem de Dante Alighieri, na Divina Comédia Humana, que contempla estupefato a marcha dos condenados ao inferno, sem esperança, como tão bem esculpido por Rodin em seu O Pensador. Ao contrário, que reconheçamos em cada processo *anima*, vale dizer, uma alma que espera um justo e rápido julgamento para que volte a reinar a paz social, fruto da Justiça, como já cantado e declamado.

Como consequência dessa maturidade de que falava no início desta oração, onde não há mais espaço para que nos envaideçamos com o cargo, o que daria razão à assertiva do Eclesiastes, qual seja, vaidade das vaidades, tudo é vaidade debaixo do sol, mas por outro turno, encaremos o novo posto como missão congregadora de extrema responsabilidade, e ao mesmo tempo ratificando aos meus pares, os desembargadores desta Corte, a ideia de caminharmos coesos e firmes, de olhos bem abertos, em busca da claridade que é a aplicação da justiça, é que me valho de Drummond para dizer:

*Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros.  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,  
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,  
não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida,  
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.*

*O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.*

Passo a breves agradecimentos

In Memoriam, ao amigo Paulo Roberto de Vasconcelos Maia. Com ele cursei a faculdade de direito da UFC, montei escritório de advocacia e ensinei na Universidade de Fortaleza. Dele recebi o incentivo e o estímulo para juntos estudarmos para o concurso de juiz do trabalho. Era Paulo Roberto, como costumávamos brincar, o Presidente da associação dos participantes de certames trabalhistas. Grande figura humana, sem meias palavras, puro de coração, visitado em tenra idade pela indesejada das gentes, no dizer de Manuel Bandeira. Encerrou sua carreira neste TRT como juiz titular da Vara de Crateús.

Cai como mão a luva a canção do Legião Urbana, Os bons morrem jovens: Assim canta Renato Russo:

É tão estranho, os bons morrem jovens

Assim parece ser, quando me lembro de você

Que acabou indo embora

Cedo demais

Com certeza estaria ao meu lado, muito feliz, neste dia de hoje. Ao Paulo Roberto, minha gratidão.

Ainda In Memoriam a minha mãe Maria José Teófilo Furtado.

O somatório de todas as línguas, idiomas e dialetos do mundo são insuficientes para descrever a imensidão do amor que essa pessoa dispensou a mim, a ponto de eu poder dizer que foi mãe com tanta intensidade e devoção, que os 35 anos que privei de sua convivência

foram tão plenos de amor que eu não merecia mais que isso. Encantava-me vê-la preparando suas aulas, fosse para ministrá-las no Colégio Cearense, a Geografia, fosse para ministra-las na UECE, quer a Antropologia Cultural, quer a História da Arte, quer a Cultura Brasileira. Encantava-me vê-la ao piano tocando Bach, Beethoven, Chopin, Strauss, professora que também era do rei dos instrumentos musicais.

O retrato da generosidade, tinha um profundo sentimento de família e um talento enorme para a escrita, dentre tantas outras virtudes que o tempo não me permite enumerar. Mas era detentora da virtude das virtudes, no linguajar evangélico de S.Paulo, na Carta aos Coríntios, ou do filósofo contemporâneo francês, André Comte-Sponville, em sua obra maior, Pequeno Tratado das Grandes Virtudes, tinha ela, minha mãe, em abundância, a virtude do Amor.

A Filosofia ensina que o ser é tudo aquilo, ou aquele a respeito de quem o homem cogita (cogito ergo sum - penso, logo existo), vale dizer, pode pensar. Então minha mãe é um ser, porque nela estou pensando agora e em todos os dias de minha vida. A ela meu eterno amor e minha imensa gratidão. Mais uma vez me valho de Drummond para dizer: "Mãe nunca deveria morrer!"

Agradeço aos meus professores da Salamanca, a centenária Faculdade de Direito da UFC, onde lá entrei como aluno da graduação, em 1982 e nunca mais consegui sair, pois da graduação passei para o mestrado e deste para o magistério.

Quero agradecer a todos os colegas juízes substitutos que me auxiliaram, quer como volantes, quer como vinculados e por não ter a memória de um Ireneo Funes , o personagem do maior escritor argentino, Jorge Luis Borges, personagem que não esquecia um só



fanto de segundo de todos os fatos de sua vida, não me arvorou em nominá-los, pelo risco de olvidar um que seja, nada obstante enfatizo a minha gratidão pelo tanto que me ajudaram na distribuição da justiça pelas Varas das quais fui juiz titular.

Aos servidores das Varas pelas quais passei, quer como substituto, nos 2 primeiros anos da carreira, quer como titular, em Sobral, Iguatu, Limoeiro do Norte, Quixadá, Baturité, 11<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup> e 13<sup>a</sup> Varas de Fortaleza o meu agradecimento pelo prestimoso serviço que dispensaram às Varas e a este magistrado quando por elas passou.

Aos servidores do gabinete em que estive lotado enquanto juiz convocado ao Pleno deste Tribunal, que além da colaboração de alta envergadura intelectual, dividiram comigo a espera da nomeação e posse no cargo que ora passo a ocupar. Que seja intensa e estreita a nossa convivência profissional no novo gabinete que ora se forma. Igualmente para meus servidores eu sempre hei de manter, física e efetivamente aberta, a porta de minha sala.

A todos os que trabalharam e estão ainda trabalhando para que este evento esteja acontecendo. Sem a devotada colaboração de cada um não seria possível ocorrer esta solenidade.

Ao meu pai, Mauro Abner Barreira Furtado, que tão bons ensinamentos tentou me passar, a formação cristã, a minha sincera gratidão, amizade e alegria de poder compartilhar com ele este momento. A Pata da Gazela, O Seminarista e A Escreva Isaura foram os primeiros romances que me presenteou, daí nascendo meu gosto pela leitura, débito impagável que com ele contraí. Quero que saiba papai, que você é muito importante para mim e que eu tenho um grande e sincero amor por você.

“Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado de nossa miséria” vociferou Machado de Assis. Hei de ousar discordar do Bruxo do Cosme Velho, posto residir na minha paternidade uma das maiores satisfações da minha vida. É por esta razão que neste momento igualmente homenageio meus infinitamente amados filhos, Emmanuel Filho, Rejane e Gabriel, cujas vidas e convivência enchem de contentamento o meu existir.

A minha querida irmã Luciana, que pela diferença de idade a tenho como uma filha, meu profundo carinho e que sempre esteja consciente do meu amor e de que poderá contar comigo por toda minha vida.

Aos meus sogros Thomaz Corrêa e Margarida Maria, que me dispensam tratamento filial e constantemente transmitem exemplos de honradez e firme caráter, saudação que estendo aos meus cunhados e sobrinhos aqui presentes.

Por fim, quero agradecer a pessoa com quem convivo há 33 anos, minha mulher Luísa.

Peço permissão a este Plenário para provisoriamente me ausentar.

Exemplo para mim e para nossos filhos de retidão, de caráter, de fibra, de engajamento, de entrega total a tudo que faz, de fé, seu nome Luísa Elisabeth significa guerreira famosa consagrada a Deus, o que bem retrata sua pessoa, uma guerreira em tudo aquilo que acha certo, justo e pelo que ama.

A sua simplicidade cativa todos que com ela convivem de perto e é uma de suas muitas virtudes. Como forma de dividir integralmente com você Luísa, todas as conquistas e vitórias, inclusive esta de hoje, termino minha fala registrando meu amor e meu profundo

agradecimento por tudo de bom que você me tem feito. Na construção de Shakespeare, "If music be the food of love, play on" ou seja, se a música é o alimento do amor, cante-a. É por esta razão, Luísa, que oferto-lhe essa canção dos artistas cubanos Silvio Rodriguez e Pablo Milanés, que se chama Pequeña Serenata Diurna.

Vivo en un país libre  
cual solamente puede ser libre  
en esta tierra, en este instante  
yo soy feliz porque soy gigante.  
Amo a una mujer clara  
que amo y me ama  
sin pedir nada  
o casi nada,  
que no es lo mismo  
pero es igual

Y si esto fuera poco,  
tengo mis cantos  
que poco a poco  
muelo y rehago  
habitando el tiempo,  
como le cuadra  
a un hombre despierto.  
Soy feliz,  
soy un hombre feliz,  
y quiero que me perdonen  
por este día  
los muertos de mi felicidad.

Pelo comparecimento a esta solenidade e pela paciência e atenção com que me ouviram, meu muito obrigado.